

TJ investiga pagamentos privilegiados a 29 juízes

Quatro desembargadores receberam entre R\$ 400 mil e mais de R\$ 1 milhão

Segundo presidente do tribunal de São Paulo, ministros do STF não estão entre os investigados pela corte

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O Tribunal de Justiça de São Paulo está investigando 29 desembargadores pelo suposto recebimento privilegiado de verbas de auxílio-moradia entre 2006 e 2010.

As principais suspeitas recaem sobre quatro magistrados que receberam pagamentos entre R\$ 400 mil e mais de R\$ 1 milhão no período.

Os outros 25 desembargadores alvo da apuração tiveram recebimentos fora do padrão da corte, mas os valores desembolsados ficaram abaixo de R\$ 400 mil e ainda não há indícios de irregularidades graves nesses casos.

A apuração tem como base levantamento determinado pelo recém-empossado presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori.

Os supostos recebimentos privilegiados de auxílio-moradia vieram à tona quando a corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) iniciou uma inspeção na corte em 5 de dezembro. Um dos alvos foram esses pagamentos, como revelado pela **Folha**.

O CNJ identificou desembolsos que teriam ocorrido em condições extraordinárias em benefício de um grupo de 17 desembargadores.

Cada um deles teria recebido R\$ 1 milhão de uma só vez, enquanto os outros juízes de São Paulo recebem a verba em dezenas de parcelas de pequeno valor.

O presidente do TJ disse ontem que o levantamento do tribunal mostra que dois desembargadores receberam valores acima de R\$ 1 milhão

e que as quantias foram pagas em ao menos 12 parcelas.

Outros dois magistrados receberam de forma suspeita entre R\$ 400 mil e R\$ 700 mil, segundo o desembargador.

Caso sejam constatados pagamentos que violem os princípios legais da isonomia e da impessoalidade os desembargadores poderão ser obrigados a devolver os valores para entrar na escala normal de pagamentos do tribunal, de acordo com Sartori.

MINISTROS DO STF

Sartori afirmou que os ministros do Supremo Tribunal Federal e ex-membros do TJ-SP Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski não estão entre os investigados.

Lewandowski concedeu uma liminar em 20 de dezembro suspendendo a inspeção do CNJ, sob o argumento de que ela poderia estar violando o sigilo de magistrados.

No dia seguinte, a **Folha**

informou que o ministro do STF havia recebido as verbas de auxílio-moradia. Lewandowski disse que a liminar não o beneficiou, pois ele não é nem pode ser investigado pelo CNJ.

Peluso, que também recebeu o benefício da corte, defendeu o colega.

O presidente do TJ afirmou que os pagamentos feitos a Peluso e Lewandowski ocorreram por conta do desligamento deles do tribunal para assumir os postos no STF.

“Quando você se desliga de uma empresa na iniciativa privada, você sai e recebe a indenização pelos anos trabalhados (...) Os ministros foram desligados e tinham créditos a receber”, afirmou.

Sartori disse que essa foi a justificativa para que Peluso recebesse cerca de R\$ 500 mil fora da rotina do TJ. Já os pagamentos a Lewandowski não estavam “fora da normalidade”, afirmou.



Ivan Sartori, presidente do Tribunal de Justiça de SP

SUSPEITAS NO TJ-SP

Benefícios concedidos pela corte estão em investigação

AUXÍLIO-MORADIA

O QUE É

Em 2000, o Supremo Tribunal Federal estendeu aos magistrados o mesmo auxílio que já era pago a congressistas. Valor retroativo voltava a 1994

O PROBLEMA

Alguns juízes receberam benefício de uma só vez, enquanto outros receberam em parcelas. A corte está investigando suposto recebimento privilegiado

LICENÇA-PRÊMIO

O QUE É

Benefício para servidores públicos que, após cinco anos de trabalho, ganham três meses de licença

O PROBLEMA

Para 22 magistrados, o tribunal pagou o período em que eles trabalhavam como advogados